

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Julgue os itens seguintes, referentes a planejamento de políticas públicas, avaliação *ex ante* e avaliação *ex post*.

- 51** A orientação para a busca de equidade social é um dos direcionadores do planejamento de políticas públicas no Brasil.
- 52** O sucesso de uma política pública, além da sua eficiência gerencial, depende de uma eficiente articulação entre os atores que influenciam as tomadas de decisões.
- 53** A verificação periódica sobre a regularidade dos beneficiários de um programa que contenha critério de elegibilidade faz parte da avaliação de implementação de uma política pública.
- 54** Quando se identificar que há fragmentação na execução de uma política pública devido à existência de mais de uma instituição atuando com o mesmo objetivo, será necessária a intervenção governamental.

Julgue os itens subsequentes, a respeito de monitoramento, diagnóstico, teorias e avaliação de políticas públicas.

- 55** À luz do neoinstitucionalismo, o controle das políticas públicas implantadas na sociedade é feito pelas instituições, as quais reforçam o poder de ação e a autoridade do Estado.
- 56** Considerando-se a atual estrutura dos sistemas de informações sobre políticas públicas do país, o estabelecimento de processos de monitoramento rígidos e padronizados facilita a obtenção de dados e análises mais adequadas.

Com relação a conceitos da contabilidade, a patrimônio e a atos e fatos administrativos, julgue os itens subsequentes.

- 57** Fatos administrativos que afetem positiva ou negativamente o patrimônio líquido, gerando registros em contas patrimoniais ativas ou passivas, serão sempre fatos contábeis mistos.
- 58** O objeto da ciência contábil é o registro dos atos e fatos que modificam a situação patrimonial das entidades.
- 59** A situação patrimonial líquida de uma entidade é expressa pelo conjunto de seus bens, seus direitos e suas obrigações.

Uma entidade contábil que segue rigorosamente as normas e os procedimentos contábeis vigentes apresentou, ao final de seu primeiro exercício social, os seguintes saldos contábeis, cujos valores estão em reais.

caixa e seus equivalentes	12.000
estoques de mercadorias	37.000
contas a receber	22.000
duplicatas descontadas	4.000
móveis e instalações	24.000
depreciação	2.000
fornecedores	18.000
salários e encargos sociais a pagar	6.000
impostos a recolher	3.000
outras obrigações a pagar	5.000
juros passivos a transcorrer	1.000
capital social	55.000
lucro acumulado	3.000

Considerando essas informações, julgue os itens que se seguem.

- 60** O total de receitas da entidade superou o total de suas despesas.
- 61** No rol em questão, existem seis contas devedoras e sete contas credoras.
- 62** O ativo circulante da entidade superou R\$ 70 mil.
- 63** Todas as contas bancárias da entidade, após a devida conciliação bancária, apresentaram saldo positivo ao final do exercício.

- 64** A entidade possui obrigações onerosas com terceiros em volume superior a 10% de seus passivos.
- 65** Na determinação do custo médio ponderado de capital, o custo dos capitais próprios será predominante.

Com relação a noções de administração, processo administrativo e estrutura organizacional, julgue os itens que se seguem.

- 66** Enquanto a administração científica dá ênfase às tarefas e operações nas organizações, a abordagem sistêmica mantém seu foco no ambiente em que estas se inserem.
- 67** Em desenhos organizacionais com grande amplitude de controle, há, igualmente, grande número de subordinados e organograma achatado.
- 68** Internalização de normas, categorização de decisões e superconformidade são características desejáveis na burocracia, por gerarem previsibilidade no comportamento organizacional.
- 69** Com a nova administração pública, houve a transição de um modelo voltado ao processo de elaboração de políticas para um modelo orientado à promoção de habilidades gerenciais.
- 70** Em nível institucional, a função de planejamento é voltada para a elaboração de planos operacionais.

Acerca de liderança, qualidade, natureza e processos nas organizações públicas, julgue os itens subsequentes.

- 71** Autarquias requerem lei específica para serem criadas e podem ter natureza assistencial, cultural ou administrativa.
- 72** Em modelos de liderança orientados para pessoas, têm-se como características supervisão participativa, liderança autocrática e ênfase na satisfação das pessoas.
- 73** O modelo de excelência em gestão pública se baseia em oito dimensões, sendo uma delas a de estratégia e planos, para a qual devem ser adotados critérios voltados a reconhecer os pontos fracos e fortes do desempenho da organização.
- 74** Na gestão de processos, a etapa de análise precede a etapa de estruturação.

Considerando o disposto na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, no que diz respeito à vigência da norma jurídica, interpretação das leis e eficácia da lei no espaço, julgue os itens a seguir.

- 75** Em caso de lacuna normativa, a revogação de lei opera efeito ripristinatório automático.
- 76** Na aplicação da lei, cabe ao juiz, a fim de criar norma individual, interpretá-la buscando atender aos fins sociais a que se dirige e às exigências do bem comum.
- 77** Pelo princípio da lei do lugar da situação da coisa como elemento de conexão que qualifica os bens e disciplina as respectivas relações, o penhor regular-se-á pela lei do domicílio da pessoa em posse da coisa penhorada.

À luz do Código Civil brasileiro, no que diz respeito às pessoas naturais e jurídicas, julgue os itens subsequentes.

- 78** A personalidade civil da pessoa natural tem início a partir do nascimento com vida, independentemente do preenchimento de qualquer requisito psíquico.
- 79** Não se admite declaração judicial de morte presumida sem decretação de ausência.
- 80** A existência legal de pessoas jurídicas de direito privado começa com o início de suas atividades jurídicas.
- 81** Ao contrair matrimônio, o indivíduo de 16 anos de idade adquire plena capacidade civil por meio da emancipação, voltando à condição de incapaz caso, um ano após o casamento, haja separação judicial.

A respeito de fato jurídico, julgue o item a seguir.

82 São considerados fatos jurídicos acontecimentos que, de forma direta ou indireta, ocasionem efeitos jurídicos.

Conforme o Código Civil brasileiro, no que concerne ao conceito de bens móveis, julgue o seguinte item.

83 Todas as coisas suscetíveis à valoração econômica, com o sem movimento próprio, que não sejam removíveis pela força alheia, são consideradas bens móveis.

No que diz respeito aos princípios da administração pública, julgue os itens a seguir.

84 Em razão do princípio da continuidade do serviço público, que é basilar à administração pública, atualmente no Brasil a greve nos serviços públicos é absolutamente vedada, entendimento que tem aval do Supremo Tribunal Federal.

85 O princípio da presunção de legitimidade ou de veracidade, também conhecido como princípio da presunção de legalidade, abrange dois aspectos: a presunção da verdade, no que diz respeito à certeza sobre os fatos, e a presunção da legalidade, pois, como a administração pública se submete à lei, é presumido, até prova em contrário, que todos os seus atos são verdadeiros e praticados com observância das normas legais pertinentes.

Acerca de atos administrativos, julgue os itens que se seguem.

86 À luz do princípio da autotutela, a administração pública pode controlar seus atos, recorrendo à revogação quando estiverem eivados de vícios que os tornem ilegais.

87 Os atos administrativos propriamente ditos excluem os atos materiais de simples execução, os atos enunciativos ou de conhecimento e os atos de opinião, como pareceres e laudos, tendo em vista que estes não produzem efeito jurídico imediato.

Consoante aos poderes da administração pública, julgue o item subsequente.

88 O poder regulamentar é o que cabe à administração pública para apurar infrações e aplicar penalidades a servidores públicos e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa.

De acordo com a Lei n.º 13.019/2014, que estabeleceu o regime jurídico das parcerias entre administração pública e organizações da sociedade civil, julgue os seguintes itens.

89 Uma característica legal que distingue o termo de fomento e o acordo de cooperação é o fato de que, no primeiro instrumento, a formalização das parcerias estabelecidas entre a administração pública e as organizações da sociedade civil não envolve a transferência de recursos financeiros, enquanto no segundo envolve a transferência de recursos dessa natureza.

90 Em regra, as organizações da sociedade civil que estabelecem parcerias com a administração pública devem, entre outros requisitos, possuir, no mínimo, um, dois ou três anos de existência, respectivamente, conforme a parceria seja celebrada no âmbito dos municípios, do Distrito Federal ou dos estados e da União, sendo admitida a redução desses prazos por ato específico de cada ente na hipótese de nenhuma organização atingi-los.

91 Entre outras despesas, poderão ser pagos, com recursos vinculados à parceria, custos indiretos necessários à execução do objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria, e diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim exigir.

92 De acordo com a lei de regência, constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário descumprir normas relativas à celebração, fiscalização e aprovação de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas.

Acerca de segurança pública, julgue os itens seguintes.

93 A remuneração dos servidores que integram a segurança pública deve ser fixada exclusivamente por subsídio estabelecido em parcela única.

94 Compete à polícia penal fazer o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública.

Julgue os itens a seguir, no que se refere aos princípios da administração pública e à aplicabilidade das normas constitucionais.

95 É considerado norma de eficácia contida o dispositivo constitucional que assegura, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa em entidades civis e militares de internação coletiva.

96 Embora reconhecido pela doutrina e pela jurisprudência a partir da interpretação sistemática do ordenamento jurídico, o princípio da moralidade não se encontra expressamente previsto na CF.

O Ministério da Justiça firmou acordo de cooperação com a Defensoria Pública e o Conselho Nacional de Justiça, o qual possibilita ao Estado a prestação de assistência jurídica gratuita a todos que declararem insuficiência de recursos.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens que se seguem, referentes aos órgãos envolvidos e ao direito objeto do acordo.

97 O acordo firmado está em sintonia com o texto constitucional, o qual prevê que o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que declararem insuficiência de recursos.

98 A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado e possui como princípios institucionais a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

99 O Conselho Nacional de Justiça é um órgão administrativo de controle interno do Poder Judiciário, sem função jurisdicional.

No que concerne às disposições constitucionais sobre o Poder Executivo, julgue os itens subsequentes.

100 A CF prevê expressamente que compete ao ministro de Estado, entre outras atribuições, referendar os decretos assinados pelo presidente da República.

101 Cabe ao presidente da República, de forma privativa, conceder indulto. Por conta disso, essa competência não pode ser delegada a ministros de Estado.

A respeito dos atos de improbidade administrativa, considerando as alterações promovidas pela Lei n.º 14.320/2021 na Lei n.º 8.429/1992, julgue os itens que se seguem.

102 Sócios, cotistas, diretores e colaboradores de pessoa jurídica de direito privado não respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, salvo se, comprovadamente, houver participação e benefícios diretos, caso em que responderão nos limites de sua participação.

103 Para a configuração de ato de improbidade que atente contra os princípios da administração pública, além do dolo, é necessário que fique comprovado, na conduta funcional do agente público, o fim de obter proveito ou benefício indevido para si ou para outra pessoa ou entidade.

No que se refere a medidas assecuratórias no processo penal, julgue os itens a seguir.

- 104** Caso haja interesse por parte da fazenda pública, o Ministério Público tem legitimidade para requerer a hipoteca legal ou o arresto de bens móveis suscetíveis de penhora.
- 105** Havendo imóveis adquiridos pelo investigado com proventos da infração, ainda que já transferidos a terceiro, é cabível o arresto.

No que tange a conflito aparente de normas ou tipos penais, julgue os itens subsequentes.

- 106** Crime progressivo, uma das hipóteses de aplicação do princípio da consunção, pressupõe, necessariamente, prática de crime plurissubsistente.
- 107** Para a aplicação do princípio da consunção, é irrelevante a comparação entre as penas das infrações penais, de modo que o crime absorvido pode ter pena maior do que a do crime continente.

Acerca da punibilidade, julgue os seguintes itens.

- 108** A superveniência de lei descriminalizadora implica a extinção de efeitos penais e extrapenais de condenação, ainda que já transitada em julgado.
- 109** Detração penal de tempo de prisão provisória já cumprida por condenado deve influenciar no cálculo de prescrição, por aplicação analógica da regra aplicável às hipóteses de fuga ou revogação de livramento condicional.

Em relação à regulamentação do Decreto n.º 6.514/2008, acerca da destinação de bens e animais apreendidos, julgue o item a seguir.

- 110** Após decisão que confirme auto de infração, bens sujeitos à venda serão submetidos a leilão, hipótese em que os custos operacionais de depósito, remoção, transporte, beneficiamento e demais encargos legais correrão à conta do infrator.

Acerca do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), com fulcro especialmente na Lei n.º 11.343/2006 e suas alterações, julgue os itens que se seguem.

- 111** Embora um dos princípios do SISNAD seja o respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana, a liberdade e a autonomia dos usuários e dependentes de drogas devem ser restritas, em razão do exposto princípio da primazia de intervenção estatal, previsto na referida lei, a qual o instituiu.
- 112** As penas de alguns crimes previstos na referida lei serão aumentadas de um sexto a dois terços em caso de transnacionalidade do delito e de prática de crime por agente que se prevaleça de função pública.
- 113** Um dos objetivos do SISNAD é promover, no território nacional, a construção e a socialização do conhecimento sobre drogas.

No que concerne a apreensão, arrecadação e destinação de bens em procedimentos criminais, tendo em vista a Lei n.º 11.343/2006 e suas alterações, julgue os itens a seguir.

- 114** Bens apreendidos e não leiloados em caráter cautelar, cujo perdimento seja decretado em favor da União, serão procedidos à destinação pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio de licitação, doação com encargo, venda direta, incorporação, destruição e inutilização.
- 115** No caso de apreensão de veículos, maquinários e armas utilizados para a prática dos crimes previstos na referida lei, estes bens serão alienados de pronto pelo juiz criminal competente.

Em relação ao Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas, julgue o seguinte item.

- 116** O Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas, que tem como presidente o ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, reunir-se-á anualmente em caráter ordinário e em caráter extraordinário sempre que houver a solicitação de, pelo menos, oito de seus membros.

À luz do Decreto n.º 5.912/2006, que regulamenta a Lei n.º 11.343/2006, que trata das políticas públicas sobre drogas e institui o SISNAD, julgue o item a seguir.

- 117** No âmbito do SISNAD, compete ao Ministério da Justiça e Segurança Pública publicar listas periodicamente atualizadas, elencando substâncias ou produtos capazes de causar dependência, bem como propor a atualização da política nacional sobre drogas na esfera de sua competência.

Com relação ao Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD), julgue o item que se segue.

- 118** O FUNAD é constituído, entre outros, de recursos provenientes do perdimento, em favor da União, dos bens, direitos e valores objetos do crime de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes ou drogas afins, os quais podem ser destinados, além de programas educacionais e profissionais, a policiais responsáveis pela apreensão do bem móvel ou pelo evento que deu origem ao sequestro de bem imóvel, em percentual legalmente previsto.

À luz da Resolução CNJ n.º 356/2020, que trata dos procedimentos para alienação antecipada de bens apreendidos, sequestrados ou arrestados em procedimentos criminais, julgue os itens subsequentes.

- 119** Os magistrados deverão, ao proferir sentença de perdimento, determinar ao cartório de registro de imóveis competente que proceda à incorporação e entrega do bem imóvel, tornando-o livre e desembaraçado de quaisquer ônus para sua destinação.
- 120** Os juízes com competência criminal, nos autos em que existam bens e ativos objetos de medida assecuratória, deverão decidir acerca do cabimento da alienação antecipada daqueles no prazo de trinta dias, sem a necessidade de ouvir o Ministério Público em razão da celeridade do procedimento em curso.